

A watercolor illustration in shades of green and yellow. In the upper left, a parrot is perched on a branch. The background is filled with various tropical leaves and plants, creating a lush, naturalistic setting.

Plano de Promoção Socioeconômica

**Para as Áreas Protegidas do
Xingu**



**Conexsus e
IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas
apresentam**

**Planos de Promoção
Socioeconômica**
para as Áreas Protegidas
do Xingu - Volume 6

Instituto Conexões Sustentáveis

Pedro Frizo
André Ramos
Monika Roper
Carina Pimenta

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

Fabiana Prado
Neluce Soares

**Nazaré Paulista / SP
2021**

Autores
Conexus - Instituto Conexões Sustentáveis

Pedro Frizo
André Ramos
Monika Roper
Carina Pimenta

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

Fabiana Prado
Neluze Soares

Colaboradora

Nailza Porto

Coordenação Editorial

Carla Gullo e Rita Gullo

Projeto Gráfico e Diagramação

Circular Comunicação

Revisão Ortográfica

Nicole Guim de Oliveira

Ilustração

Shirley Felts

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Planos de promoção socioeconômica [livro eletrônico] : para as áreas protegidas do Xingu / Pedro Frizo ... [et al.]. -- 1. ed. -- Nazaré Paulsita, SP : IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2021.
PDF

Outros autores : André Ramos, Monika Roper, Carina Pimenta, Fabiana Prado, Neluze Soares.

ISBN 978-65-990361-8-7

1. Amazônia - Aspectos ambientais 2. Bioeconomia

3. Conservação da natureza - Amazônia 4. Economia 5. Sustentabilidade ambiental I. Ramos, André. II. Roper, Monika. III. Pimenta, Carina. IV. Prado, Fabiana. V. Soares, Neluze.

21-72069

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Sustentabilidade ambiental : Ecologia 304.2 Aline Grazielle Benitez -

Biblioteca - CRB-1/3129

Esta publicação é fruto da parceria constituída entre o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológica e Conexus - Instituto Conexões Sustentáveis, no âmbito do Projeto LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica com o apoio financeiro do Fundo Amazônia/BNDES e da Fundação Gordon e Betty Moore.

Índice

04



Apresentação

07



Contextualização

09



**A metodologia da
construção dos planos
e o Desafio Conexsus**

12



**Diretrizes e ações
estruturantes**

18



Bloco Xingu

29



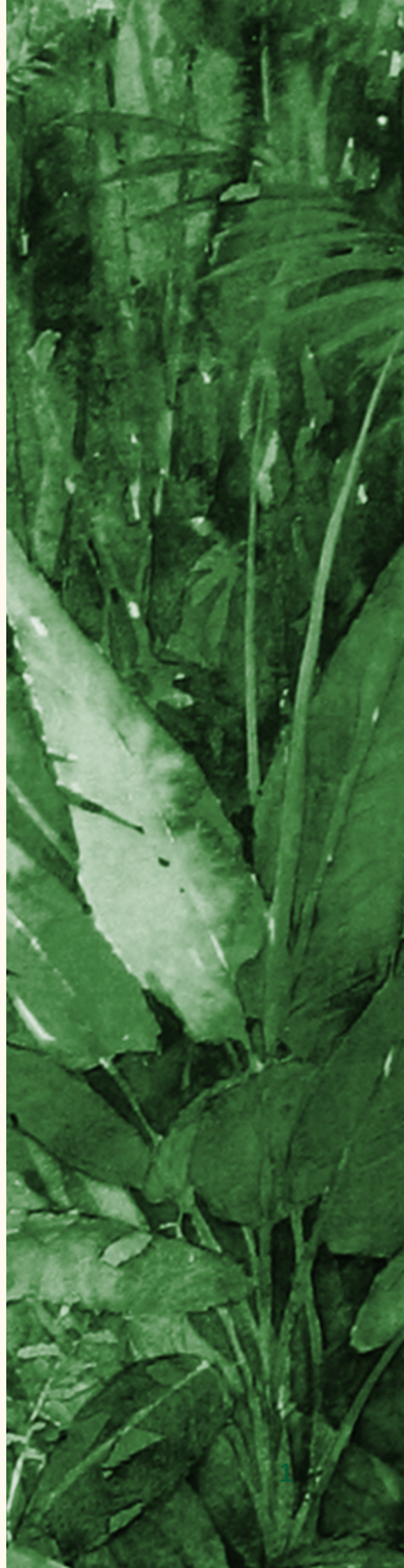
**Recomendações
específicas para o
bloco**

34



Lista de siglas

Apresentação





Este documento é fruto da parceria entre o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas e o Conexsus - Instituto Conexões Sustentáveis, para elaboração do Plano de Promoção Socioeconômica que consiste em identificar as principais variáveis-chave de análise do potencial de desenvolvimento socioeconômico e indicar diretrizes e ações estratégicas para a consolidação e crescimento de Negócios Comunitários Sustentáveis (NCS) das áreas protegidas abrangidas pelo Projeto LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica.

Entende-se que NCS representam a convergência dos objetivos de conservação ecológica e de desenvolvimento socioeconômico nas áreas protegidas para gerar renda e qualidade de vida para as populações que residem dentro e no entorno desses territórios.

Este plano será utilizado para orientar e potencializar as ações do projeto LIRA, por meio:

1.

do apoio financeiro a atividades produtivas de uso sustentável da floresta junto às comunidades indígenas e extrativistas - criando alternativas que gerem renda, ampliem a segurança alimentar, contribuam para a redução da pobreza e do desmatamento.

2.

do protagonismo das organizações locais de base comunitária, ampliando arranjos de governança locais dos grupos sociais em vulnerabilidade social na proteção de seus territórios - formando e desenvolvendo capacidades individuais e organizacionais com intercâmbio de saberes.

3.

do engajamento dos diversos atores e elos das cadeias produtivas apoiadas, visando assegurar a viabilidade econômica para as alternativas produtivas fomentadas.

4.

da efetivação de instrumentos de gestão de áreas protegidas com participação social de forma inclusiva e integrativa.

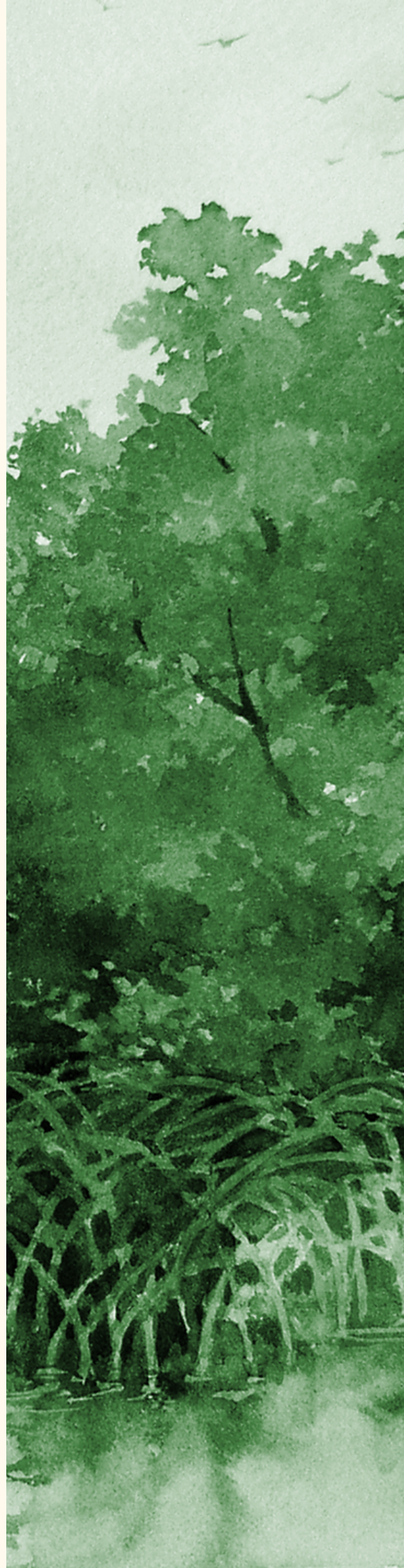
Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



O Plano de Promoção Socioeconômica também contribui para agenda mundial pautada nos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para os próximos dez anos. As diretrizes e ações estratégicas nele contidas atendem metas vinculadas aos respectivos objetivos:

1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 5. Igualdade de Gênero; 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 15. Vida Terrestre; 17. Parcerias e meios de implementação.

Contextualização



LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica

A criação e a manutenção de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) da Amazônia contribuem para a redução do desmatamento e para manter o equilíbrio climático, entre outros benefícios. No entanto, essas áreas vêm enfrentando dificuldades relacionadas à sua estruturação, gestão e implementação de ações de regularização fundiária e de fomento às atividades produtivas sustentáveis. Essa situação agrava conflitos sociais e leva à degradação florestal, deixando vulnerável a floresta, a biodiversidade e os povos tradicionais que ali habitam.

Nesse contexto, nasceu o LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica. Trata-se de um projeto concebido para aumentar a efetividade da gestão dessas áreas até 2023. Sua missão é facilitar a articulação dos múltiplos atores da região, promovendo a gestão integrada com as organizações da sociedade civil, associações indígenas, comunidades locais, setor econômico e governos.

O território do projeto é de aproximadamente 80 milhões de hectares, que abrangem 86 áreas protegidas, sendo 43 Terras Indígenas e 43 Unidades de Conservação, agrupadas em seis blocos territoriais: Alto Rio Negro, Baixo Rio Negro, Norte do Pará, Xingu, Madeira-Purus e Rondônia-Acre.

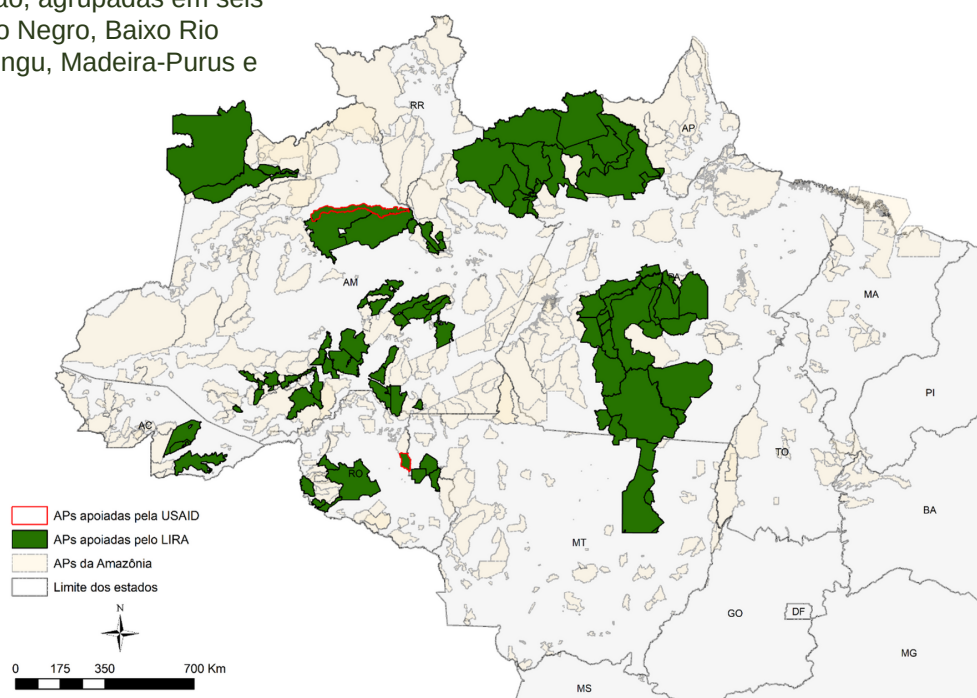
Conexsus

O Instituto Conexões Sustentáveis - Conexsus é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que atua para ativar o ecossistema de negócios comunitários de impacto socioambiental, ampliando sua contribuição para a geração de renda no campo e para a conservação de florestas e biomas. Seu objetivo é fortalecer as iniciativas que mantêm a resiliência territorial e climática a partir do desenvolvimento de negócios sustentáveis no Brasil, com foco na agenda climática global e nos ODS da ONU.

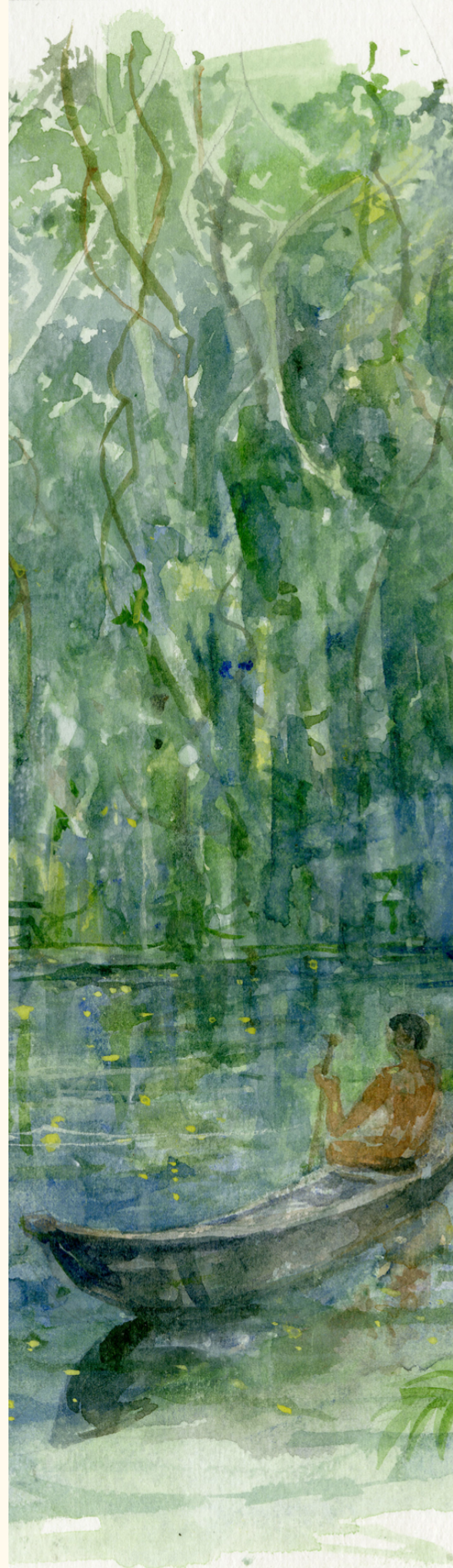
LIRA + Desafio Conexsus

A parceria do LIRA com o Instituto Conexões Sustentáveis (Conexsus) foi criada para identificar as principais oportunidades e obstáculos para inserção econômica das populações locais na economia regional. O objetivo é assegurar a ampliação das atividades produtivas sustentáveis, em especial o fortalecimento das organizações socioprodutivas (cooperativas e associações de produtores) das áreas protegidas.

Os Planos de Promoção Socioeconômicos (PPSE) são produto dessa parceria e foram elaborados para os seis blocos territoriais do LIRA.



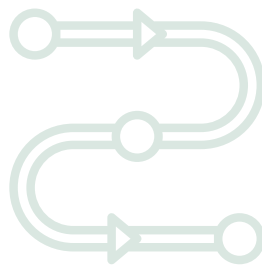
A metodologia de construção dos planos e o Desafio Conexsus



A construção dos Planos de Promoção Socioeconômica esteve relacionada ao desenvolvimento do programa Desafio Conexsus, que permitiu identificar as principais variáveis do potencial de desenvolvimento socioeconômico das áreas protegidas abrangidas pelo LIRA. O programa buscou testar e validar um conjunto de soluções pré-concebidas para ativação do ecossistema de negócios comunitários de impacto, por meio de iniciativas de aceleração, modelagem, acesso a mercados e a recursos financeiros.

Objetivo Central

Elaborar propostas de ações estratégicas para a consolidação e crescimento de negócios comunitários sustentáveis em áreas protegidas na Amazônia



gerar renda e qualidade de vida para as populações que residem dentro e no entorno desses territórios

Etapas do Desafio Conexsus

Mapeamento

+ de 1000
cooperativas e associações de base comunitária em todos os biomas brasileiros mapeadas

Oficinas regionais

200
organizações participaram de oficinas regionais, em 2018

Ciclo de desenvolvimento

70
organizações foram selecionadas para participarem do Ciclo de Desenvolvimento

Laboratório de modelagem

35
participaram do Laboratório de Modelagem
9 inseridas nas APs contempladas pelo LIRA
+17 organizações inseridas nas UCs ou TIs do LIRA.

A presença nos territórios prioritários do LIRA foi uma das premissas no processo de seleção de organizações participantes do Laboratório de Modelagem. Ao todo, entre organizações mapeadas, entrevistadas e participantes das oficinas regionais preparatórias do Desafio Conexsus, em 2018, e das oficinas do Laboratório de Modelagem, em 2019, foram coletados dados e informações de 52 cooperativas e associações inseridas nas áreas protegidas do LIRA, permitindo a consolidação de uma amostra significativa para a elaboração do Plano de Promoção Socioeconômica.

52 organizações

9 participaram do Laboratório de Modelagem



Para estes negócios foi aplicada a metodologia “Trilhas do Desenvolvimento” que permite um diagnóstico completo de mais de 70 indicadores em maturidade organizacional, potencial de negócio e contribuição socioambiental.

17 participaram das oficinas regionais preparatórias do Desafio Conexsus em 2018



Foi feito um levantamento de dados gerais sobre gestão, comercialização e contribuição socioambiental, com um nível de detalhamento mais profundo do que os dados secundários dispostos no cadastro junto à plataforma do Desafio.

26 foram cadastradas na plataforma de dados do Desafio Conexsus



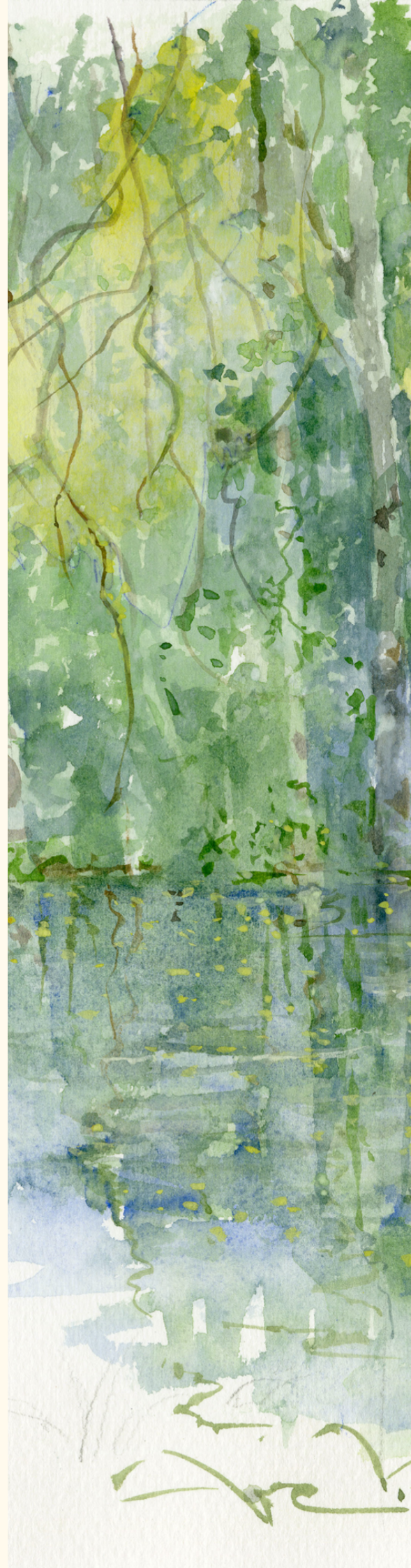
Foram levantadas informações autodeclaradas sobre as organizações a respeito de itens como faturamento, grupo social, origem da matéria-prima, modos de produção, participação feminina e jovem entre outras informações exploratórias.

Além do método diretamente associado às cooperativas e associações, as visitas de campo contaram com entrevistas a atores chave de cada ecossistema, tais como representantes do Estado (secretarias, órgãos de assistência técnica, entre outros), lideranças comunitárias, técnicos de instituições de apoio e pesquisadores.

Tudo isso permitiu uma leitura mais abrangente sobre o ambiente regulatório e sobre o funcionamento das cadeias de valor.

Cada bloco apresenta, ao final, uma análise FOFA - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças para a promoção socioeconômica.

Diretrizes e ações estruturantes



A experiência do Desafio Conexsus permitiu identificar variáveis chaves para a promoção socioeconômica em unidades de conservação e terras indígenas, a partir das oficinas, leitura dos dados relacionados à maturidade organizacional das cooperativas e associações mapeadas, das análises sobre o posicionamento destes negócios em suas respectivas cadeias de valor e o ambiente regulatório ao qual estão submetidas.

Cada bloco de área protegida apresenta a sua especificidade histórica, ecossistêmica e institucional, mas foi possível traçar um conjunto de recomendações que se aplicam a todos os blocos por existirem desafios em comum entre diferentes regiões, resultantes de um processo comum e geral de formação histórica e institucional sobre a governança e gestão das áreas protegidas, sobre programas e políticas públicas de fomento à produção agrícola e extrativista, à promoção da educação pública e gratuita e à subvenção econômica de cooperativas e associações.

A seguir, será apresentado um conjunto de ações estruturantes para o fomento e sustentabilidade econômico-financeira de negócios comunitários de impacto nas áreas protegidas, contendo as recomendações traçadas e os atores sociais aos quais a recomendação é direcionada. Neste caso, é importante observar que diferentes atores sociais possuem papéis-chave na ativação do ecossistema de negócios comunitários em áreas protegidas, demonstrando que o processo de ativação não depende, exclusivamente, de um fomento direcionado unicamente a cooperativas e associações.

Tema:

Conselhos de desenvolvimento

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) somente será totalmente eficaz a partir de uma harmonização maior entre o conjunto de alimentos pedidos nas chamadas públicas e o conjunto de produtos alimentícios ofertados pelas organizações comunitárias, em especial aquelas localizadas nas áreas protegidas. Neste sentido, é fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio mobilizem suas redes de associados e apoiadores para pensar em estratégias de advocacia junto aos governos municipais para que os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) tenham estrutura e recursos para funcionar como espaço de discussão e deliberação entre lideranças, gestores, professores, pais, nutricionistas e profissionais da rede pública de ensino em torno de chamadas mais inclusivas à realidade produtiva das organizações comunitárias locais.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Municípios: Implementador de política pública

Qualquer estratégia local de desenvolvimento rural deve ser construída de maneira participativa e representativa, incluindo lideranças e atores estratégicos de organizações de base comunitária na elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural. Para tanto, é essencial que organizações comunitárias e instituições de apoio mobilizem suas redes de associados e apoiadores para pensar em estratégias de advocacia junto aos governos municipais para que os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) tenham estrutura e recursos para funcionar enquanto espaços de reivindicação popular de ações e projetos específicos ao setor extrativista e da agricultura familiar.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Município: Implementador de política pública

Tema:

Negócios comunitários (modelagem, planejamento e capacitação)

É necessário que instituições de apoio desenvolvam um conjunto de ações contínuas de aprimoramento dos modelos de negócio das organizações de base comunitária, a fim de tornar os processos internos de tomada de decisão mais eficientes, consolidar processos de gestão produtiva adequados ao conjunto de normas técnicas e critérios de escolha do mercado vislumbrado – seja ele público ou privado –, mensuração e cálculo dos custos fixos e variáveis e mapeamento e definição de equipe e recursos-chave para operar. Isso pode ser feito por meio de programas de modelagem que misturem processos de capacitação presencial e à distância com acompanhamento periódico de consultores, apoiados por material didático e por ferramentas tecnológicas desenvolvidas por consultoria especializada, para uso dos associados e cooperados.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Estado: Implementador de políticas públicas

Governo Federal: Implementador de política pública

Para o desenvolvimento de negócios comunitários é de fundamental importância a elaboração de um plano estratégico ou de negócios, construído de forma participativa e dinâmica, regularmente revisado e atualizado, com objetivos, estratégias, ações, metas e definição dos mecanismos de acesso à crédito, incluindo administração dos recursos e devolução dos valores até as datas pactuadas. Isso facilita o diálogo com os agentes financeiros e dá mais segurança aos associados do negócio comunitário em suas estratégias produtivas, comerciais e de acesso ao crédito rural.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Mediante a compartilhada dificuldade de acesso à informação sobre normas fitossanitárias, é importante que sejam fomentadas ações de capacitação em boas práticas de coleta, extração, produção e beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade, em especial através de cursos, manuais e tecnologias digitais, os quais podem ser importantes instrumentos de apoio para aprimorar o volume e modos de comercialização. Essas ações podem ser fomentadas por múltiplos atores, desde as organizações comunitárias até as próprias empresas que comprem os produtos dessas organizações.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Empresas compradoras: Desenvolvedor de cadeias

Estado: Implementador de políticas públicas

Governo Federal: Implementador de política pública

Tema:

Arranjos comerciais

Tendo em vista que, em muitos casos, há uma presença de grande número de intermediários nas cadeias de valor da sociobiodiversidade, é essencial que sejam discutidos e implementados mecanismos para aproximar as organizações comunitárias de seus compradores/consumidores finais, a fim de aumentar o valor agregado territorialmente. Neste sentido, é essencial fomentar redes de ativação de comércio justo e a criação de novos arranjos comerciais.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Empresas compradoras: Desenvolvedor de cadeias

Estado: Implementador de políticas públicas

A fim de aumentar a participação dos produtos de organizações de base comunitárias nas economias regionais é preciso que haja a criação de alianças comerciais entre diferentes organizações comunitárias, inclusive com organizações de fora das áreas protegidas, de uma mesma região. O objetivo dessas alianças é possibilitar que, juntas, elas tenham produtos em quantidade e qualidade e consigam estabelecer processos logísticos de armazenagem e entrega eficientes que as qualifique para atender a demanda gerada pelas chamadas públicas e pelos diferentes mercados privados.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Empresas compradoras: Desenvolvedor de cadeias

Municípios: Implementador de política pública

Estado: Implementador de políticas públicas

Tema:

Licenciamento da atividade produtiva

Governos federal e estadual, em diálogo com as organizações comunitárias e instituições de apoio devem elaborar um plano de trabalho para simplificar o processo de licenciamento ambiental de atividades extrativistas e da agricultura familiar de organizações comunitárias situadas nas áreas protegidas, levando em consideração o que os planos de manejo ou Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) já dispõem sobre a regulamentação do manejo e de atividades agrícolas nesses territórios.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Estados: Implementador de políticas públicas

Governo Federal: Implementador de políticas públicas

Tema:

Acesso a crédito e recursos não reembolsáveis

É preciso estabelecer estratégias continuadas de educação financeira e educação para crédito rural para que elas tenham condições de acessar linhas de crédito adequadas às suas necessidades de capital de giro, investimento e agregação de valor, dados os contextos ambiental, econômico e social em que estão inseridas. O envolvimento dos agentes financeiros também serve ao objetivo de evidenciar entraves burocráticos que estão impedindo o acesso à determinadas linhas do crédito rural e possibilitar a co-criação entre agentes financeiros, organizações comunitárias e instituições de apoio de soluções processuais para facilitar o acesso à crédito por negócios comunitários.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

Entre as diferentes linhas de crédito disponíveis para extrativistas e agricultores familiares recomenda-se o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como a fonte mais estável, com o menor custo, a maior oferta e de mais fácil acesso. Na preparação das organizações comunitárias para acessar o PRONAF deve-se estar atento para elementos como regularização da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e oferta de garantias para o agente financeiro;

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

Para uma organização comunitária acessar crédito rural é preciso criar uma conta domicílio (conta corrente) em agências de bancos ou de cooperativas de crédito. Recomenda-se uma análise prévia por parte das organizações comunitárias e instituições de apoio sobre qual é a agência (física) mais estratégica em termos de criação e manutenção de um relacionamento duradouro, considerando a localização, o perfil do gerente e o nível de inadimplência de cada uma delas, pois níveis muito elevados de inadimplência podem impossibilitar uma agência de conceder mais créditos.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

A fim de alavancar os processos de capitalização entre as organizações comunitárias, é essencial que instituições de apoio, agentes financeiros e empresas compradoras promovam mecanismos híbridos de financiamento, nos quais, idealmente, recursos não-reembolsáveis possam ser utilizados para facilitar/garantir a aquisição de créditos em volume maior do que o usual, aumentando o nível de recursos à disposição das organizações para investimento, custeio e comercialização. Finalmente, para organizações que ainda não possuem capacidade institucional para acessar crédito rural em agentes financeiros oficiais, os recursos não reembolsáveis podem ser usados para viabilizar a operação do negócio (recursos para investimento, custeio e comercialização), desde que seja elaborado um plano de negócios que preveja a gradual independência financeira dos negócios em relação a recursos não reembolsáveis, diminuindo o risco de paralisação do negócio em momentos de interrupção da captação desses recursos.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

Empresas compradoras: desenvolvedor de cadeia

Tema:

Apoio contábil / jurídico

É fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio executem projetos de assessoria técnica / jurídica às associações e cooperativas de agricultura familiar para fomento e regularização da DAP para pessoas jurídicas, a fim de incrementar o número de organizações de base comunitária aptas a participarem de chamadas públicas para compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar, especialmente o PNAE e o PAA, bem como para que essas organizações possam acessar determinadas linhas de crédito do PRONAF que exigem “DAP Jurídica”.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

É imprescindível que organizações comunitárias e instituições de apoio criem mecanismos para oferecer serviços de assessoria contábil às organizações de base comunitária, especializados em associativismo e cooperativismo, capazes de apoiar essas organizações em seus processos de definição de personalidade jurídica (associação ou cooperativa), contratação de pessoal e pagamento de impostos e, assim, evitar a existência de qualquer pendência junto às Secretarias da Fazenda e Receita Federal que possa inviabilizar a contração de crédito e comercialização via compras públicas.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

No plano fiscal, é fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio elaborem e apresentem aos governos estaduais estudos e pareceres sobre a revisão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nos produtos da sociobiodiversidade, principalmente para as modalidades que já sofreram algum tipo de beneficiamento – e.g., óleos e manteigas –, uma vez que estas ainda apresentam alíquotas extremamente altas e comparáveis a produtos que não são da base rural sustentável, reduzindo sua competitividade econômica.

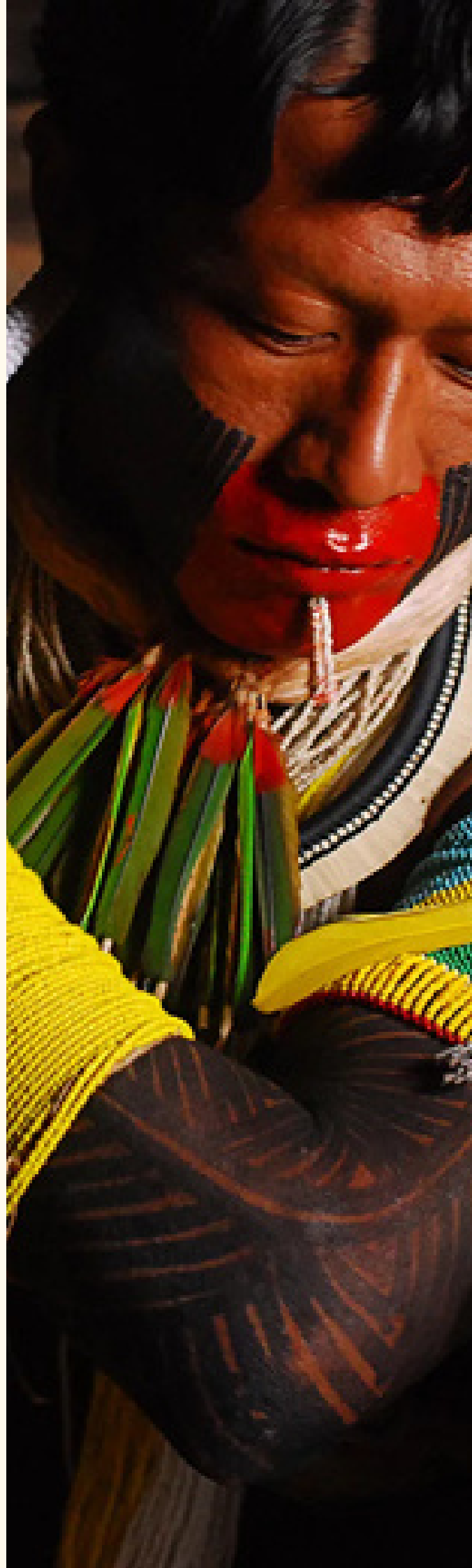
Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Estado: Implementador de políticas públicas

Bloco Xingu



O território e suas Áreas Protegidas

27 ÁREAS PROTEGIDAS

- 19 Terras Indígenas (Tis): TI Apytewera (773.000 hectares), TI Arara (274.000 hectares), TI Araweté (941.000 hectares), TI Bajonkore (222.000 hectares), TI Baú (1.541.000 hectares), TI Batovi (5.000 hectares), TI Cachoeira Seca do Iriri (734.000 hectares), TI Capoto Jarina (635.000 hectares), TI Kararao (331.000 hectares), TI Kayapó (3.284.000 hectares), TI Koatinemo (388.000 hectares), TI Kuruaya (167.000 hectares), TI Menkragnoti (4.914.255 hectares), TI Panara (500.000), TI Pequizal do Naruvôtu (28.000 hectares), TI Xingu (2.642.000 hectares), TI Trincheira Bacaja (1.650.939 hectares), TI Wawi (150.000 hectares) e TI Xipiaia (179.000 hectares)
- 3 Reservas Extrativistas (RESEX): RESEX Riozinho do Anfrísio (737.088 hectares), RESEX Rio Iriri (398.992 hectares) e RESEX Rio Xingu (303.000 hectares)
- 1 Floresta Nacional (FLONA): FLONA de Altamira (724.965 hectares). - 1 Floresta Estadual (FLOTA): FLOTA do Iriri (440.493 hectares)
- 1 Reserva Biológica (REBIO): REBIO Serra do Cachimbo (342.477 hectares).
- 1 Estação Ecológica (ESEC): ESEC Terra do Meio (3.373.174 hectares)
- 1 Parque Nacional (PARNA): PARNA Serra do Pardo (445.413 hectares).



*Este estudo considera associações e cooperativas das áreas protegidas e do entorno dessas áreas



Terras Indígenas

A maioria dessas APs encontra-se situada integralmente no estado do Pará. No estado do Mato está presente a TI Xingu, que abriga 16 etnias indígenas e uma população de quase 5 mil pessoas (a maior população entre todas as TIs da bacia do rio Xingu; similar apenas a TI Kayapó, no Pará, que tem uma população de aproximadamente 4500 pessoas). Em termos populacionais, a TI Xingu e a TI Kayapó possuem, um elevado nível de representatividade em relação aos povos indígenas da bacia do Rio Xingu.

Juntas, as terras indígenas do bloco somam mais de 19 milhões de hectares, cerca de 17% da área total das terras indígenas na Amazônia Legal; as UCs somam mais de 6 milhões de hectares, cerca de 5% da área total de UCs na Amazônia Legal[1].

[1] https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs/ / <https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados>



Unidades de Conservação

O bloco do Xingu do LIRA conta com 8 Unidades de Conservação (UCs), de diferentes tipos, sendo 7 sob gestão federal e 1 estadual.

3 são Unidades de Proteção Integral (Reserva Biológica, Estação Ecológica e Parque Nacional) cujo objetivo básico é “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000). Na REBIO e na ESEC não faz sentido falar em Negócios Comunitários Sustentáveis, pois a legislação não permite o uso dos recursos naturais da UC para fins econômicos. A modalidade de Parque Nacional permite a atividade do turismo ecológico no seu território, mas isso ainda não acontece no PARNA Serra do Pardo – o plano de manejo dessa UC, aprovado em 2015, apenas cita um objetivo de “estudar os potenciais de uso do Parque para atividades turísticas” e indica que esse objetivo tem prioridade de nível médio.

5 UCs são Unidades de Uso Sustentável (3 RESEXs, 1 FLONA e 1 FLOTA), cujo objetivo básico é “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000). Nesses territórios é permitida a execução de planos de manejo que prevejam o uso sustentável dos seus recursos naturais por empresas privadas e comunidades tradicionais que ali residem (ex: manejo florestal). Por essa razão em muitos desses territórios são criadas e desenvolvidas organizações comunitárias (associações e/ou cooperativas) com o objetivo de, entre outras finalidades, operar negócios sustentáveis nas áreas de extrativismo, artesanato e agricultura familiar.

Ecossistema das organizações

ORGANIZAÇÕES	FAIXA DE FATURAMENTO ANUAL (2017)	ORIGEM DA MATÉRIA PRIMA	ABRANGÊNCIA DE MERCADO	NÍVEL DE BENEFICIAMENTO
AMOMEX*	De 121 a 600 mil	UCs	Nacional	In natura
AMORA*	De 121 a 600 mil	UCs	Nacional	In natura
AMORERI*	De 601 a 1,2 mi	UCs	Nacional	In natura
Ass Kisedje	Até 120 mil	Terra indígena	Nacional	Minimamente
Ass Tapawíá	Até 120 mil	Terra indígena	Nacional	Minimamente
Ass Tulukai	Até 120 mil	Terra indígena	Nacional	Minimamente
ARSX	De 121 a 600 mil	UCs	Regional	Minimamente
ATIX	Até 120 mil	Terra indígena	Nacional	In natura
COOBAY	De 601 a 1,2 mi	Terra indígena	Internacional	In natura
Inst. Kabu	De 601 a 1,2 mi	Terra indígena	Internacional	In natura
Inst. Raoni	Até 120 mil	Terra indígena	Internacional	In natura

*AMORERI, AMORA E AMOMEX, fazem parte da REDE DE CANTINAS, que em 2018 teve um faturamento acima de R\$1,5 milhões
(Fonte: Desafio Conexsus, 2018)

Organizações comunitárias mapeadas nas áreas protegidas.

As organizações comunitárias mapeadas na região do Xingu estão listadas acima. É possível observar o amplo número de organizações e chama a atenção a ampla predominância de cooperativas e associações indígenas (ver Figura 1).

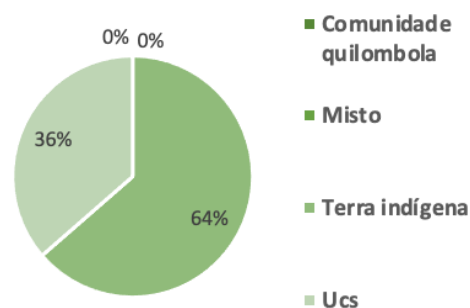


Fig. 1: Origem da matéria-prima no Xingu
Fonte: Desafio Conexsus, 2018

Organizações nas UCs de uso sustentável.

Entre essas organizações, três associações comunitárias das cinco UCs de uso sustentável do território voluntariamente se cadastraram na plataforma digital do Desafio Conexsus (AMORA, AMORERI e AMOMEX). Essas três organizações, em parceria com AERIM, AITEX, Pyjahyry (também se cadastrou na plataforma do Desafio), IBKrin e ABEX formam a REDE DE CANTINAS, uma iniciativa apoiada pelo Instituto Socio Ambiental (ISA) que consiste em um entreposto administrado pelos próprios beiradeiros, onde eles se abastecem de mercadorias, vendem sua produção sem realizar grandes deslocamentos e, mais importante, recebem em dinheiro ou mercadoria no momento de entrega do produto[2].

[2] <https://xingumais.org.br/iniciativa/rede-cantinas?id=453>

Organizações comunitárias em TIs.

A REDE DE CANTINAS é um dos exemplos de Negócios Comunitários Sustentáveis do Xingu participantes do DESAFIO CONEXSUS. A ATIX [3] (Associação da Terra Indígena do Xingu), com o apoio do ISA, está operando um negócio comunitário sustentável muito relevante para o desenvolvimento socioeconômico dessa TI. O MEL DOS ÍNDIOS DO XINGU atualmente é o produto desse negócio que conta com maior abrangência de mercado, atingindo consumidores a nível nacional.

[3] <https://xingumais.org.br/parceiro/atix-associacao-terra-indigena-xingu?id=467>

Além da análise dos dados cadastrais, o DESAFIO CONEXSUS entrevistou e aplicou a metodologia da TRILHA DE DESENVOLVIMENTO em 5 dessas organizações comunitárias (AMORERI, ATIX, INST. KABU, INST. RAONI E COOBA-Y), que operam os negócios comunitários em 9 Áreas Protegidas no território do Xingu, número que representa 33% das APs do território. Essa metodologia gera um relatório cujo eixo central é a Matriz de Desafios que aponta quais são os eixos do negócio que precisam ser melhorados para gerar mais resultados socioeconômicos para os seus associados.

Por fim, quatro dessas organizações (ATIX, INST. KABU, INST. RAONI E COOBA-Y) também participaram do Laboratório de Modelagem de Negócios do DESAFIO CONEXSUS que gerou muitos aprendizados sobre como os elementos-chave do conceito de modelagem podem ser mobilizados para a alavancagem do desenvolvimento das organizações comunitárias. A TRILHA DE DESENVOLVIMENTO também foi aplicada na Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX) que realiza um processo continuado de formação de coletores de sementes nas cabeceiras do rio Xingu, para formar uma plataforma de troca e comercialização de sementes; valorizar a floresta nativa e seus usos culturais diversos, gerar renda para agricultores familiares e comunidades indígenas.

Todos os procedimentos acima elencados possibilitaram a obtenção de informações detalhadas sobre a os principais desafios e oportunidades de desenvolvimento de negócios comunitários como a REDE DE CANTINAS, O MEL DOS ÍNDIOS DO XINGU, o artesanato da COOBA-y, o INSTITUTO KABU e a REDE DE SEMENTES DO XINGU.

Essas informações serão apresentadas e analisadas nos itens a seguir deste capítulo:

Outros membros do ecossistema

O mapeamento do DESAFIO CONEXSUS identificou as seguintes instituições de apoio, públicas e privadas, nacionais e internacionais, que estão no território do Xingu, promovendo as cadeias produtivas da sociobiodiversidade e fortalecendo os Negócios Comunitários Sustentáveis dentro das APs.

NACIONAIS

Instituições públicas

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
EMATER – PA - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
UFPA – Universidade Federal do Pará
Secretaria de Educação do Pará
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
MPF - Ministério Público Federal
MPE - Ministério Público Estadual

Terceiro setor

ISA – Instituto Socioambiental
IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
FVPP – Fundação Viver Produzir e Preservar
ISPN - Instituto Sociedade População e Natureza
Instituto Bacuri
Instituto Jatobás
Consulado da Mulher
Instituto Homem Brasileiro
Associação Nossa Senhora da Aparecida
Operação Amazônia Nativa
CPT - Comissão Pastoral da Terra

INTERNACIONAIS

Terceiro setor

EDF - Environmental Defense Fund
ICFC - International Conservation Fund of Canadá
CI - Conservation International
MOORE Foundation

Pode-se dizer, assim, que se o bloco do Xingu é formado por um número expressivo de organizações comunitárias que trabalham dentro de Áreas Protegidas e um conjunto diverso de instituições de apoio que atuam na região, algumas delas há décadas, e que, mais recentemente, começaram a traçar estratégias inovadoras para potencializar os resultados econômicos dessas organizações comunitárias.

Ações em parceria local.

Como resultado de parcerias entre as organizações comunitárias, e entre elas e as instituições de apoio, o que se verifica no território do Xingu é um processo crescente de dinamização econômica das áreas protegidas.

Polo Regional de Altamira.

Do lado paraense do território do Xingu as redes de organizações comunitárias de unidades de conservação de uso sustentável e de instituições de apoio têm o seu centro no município de Altamira, o principal polo regional. Isso facilita o contato e a organização dos trabalhos realizados em conjunto entre elas. Em Altamira encontram-se as sedes das associações comunitárias das 3 RESEXs da região, os escritórios do ISA, do ICMBio, do IBAMA, o campus da UFPA, a sede da FVPP, entre outros agentes sociais regionais importantes que possuem representação em Altamira. Esse contexto de proximidade entre os participantes dessas redes vem sendo favorável para o desenvolvimento de novos arranjos institucionais focados em viabilizar os negócios comunitários em unidades de conservação de uso sustentável, como é o caso da REDE DE CANTINAS.

As organizações indígenas do baixo rio Xingu também encontram na cidade de Altamira o centro para contato com sua rede de apoio. A Coordenação Regional Leste do Pará da FUNAI tem um escritório em Altamira. As organizações indígenas do médio Xingu, apesar de também acessarem as redes de apoio de Altamira, estão oficialmente vinculadas à Coordenação Geral Kayapó Sul da FUNAI (TI Badjonkore, TI Baú, TI Kayapó e TI Menkragnoti), cujo escritório fica na cidade de Tucumã, no Pará.

Mato Grosso.

Por questões conjunturais as associações indígenas do lado do Mato Grosso parecem não ter a mesma facilidade de acesso a redes de instituições de apoio que aquelas que estão em território paraense. Entre elas a ATIX é a organização mais bem estruturada, que conta com o forte apoio do ISA, por meio de seu escritório de Canarana. Mas o nível de maturidade organizacional dessa associação é inferior ao do Instituto Kabu, que está localizado no Pará, por exemplo, e que já se encontra em um estágio de desenvolvimento mais avançado, com uma abrangência de mercado internacional e um nível maior de faturamento.

Relevância das parcerias.

Essas parcerias são muito importantes para a estruturação das organizações comunitárias. Parte dos recursos captados por essas organizações é destinada a programas nas áreas de educação, cultura, gestão territorial, segurança alimentar, etc. Essas linhas de ação são muito importantes para que essas organizações cumpram com seus objetivos sociais. Além disso, indiretamente elas terminam por aumentar a capacidade dessas organizações operarem autonomamente seus negócios comunitários. Outra parte desses recursos é destinada a investimentos em atividades ligadas ao negócio dessas organizações comunitárias, principalmente aquisição de maquinário e equipamentos e construção de espaços para beneficiamento da produção. A contratação de mão de obra qualificada para apoiar as organizações comunitárias em seus negócios também faz parte do escopo desse tipo de investimento.

Os negócios comunitários sustentáveis na Amazônia ainda enfrentam desafios enormes de acesso a crédito rural, à educação e saúde de qualidade, e de logística de produção e distribuição de seus produtos. Ou seja, em um contexto de tantos obstáculos é importante que instituições que dispõem de recursos financeiros e humanos possam apoiar os estágios iniciais de desenvolvimento e consolidação desses negócios. Entretanto, é preciso enfatizar que no médio e longo prazo o sucesso desse tipo de iniciativa dependerá essencialmente de uma análise rigorosa dos riscos envolvidos nesse tipo de investimento e da mescla de investimentos não reembolsáveis com serviços de oferta de crédito (os juros podem ser inclusive subsidiados). É preciso criar mecanismos para conscientizar e capacitar esses NCS para acessarem as linhas de crédito oficiais concedidas por agentes financeiros. Sem essa linha de atuação os NCS ficam dependentes dos "recursos de projetos" e muito vulneráveis a interrupções desses projetos pelas instituições financiadoras ou pelas empresas que compram seus produtos, o que muitas vezes ocasiona o encerramento das suas atividades.

Ambiente regulatório

Ampliar o acesso às diversas fontes de recurso.

A fim de incrementar os níveis já satisfatórios de faturamento, uma das ações prioritárias é aumentar a capacidade técnica dos processos produtivos das organizações comunitárias, fato que demanda a contratação de recursos para investimento.

Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal (Fundeflor).

Criado em 2007, o Fundeflor é formado a partir da gestão dos recursos auferidos com a outorga de Concessões Florestais em áreas de florestas públicas, sob a gestão do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará – Ideflor Bio e seu objetivo é fomentar ações, projetos e atividades de desenvolvimento do setor florestal no Estado. Ou seja, as organizações comunitárias devem buscar acessar esses recursos por meio de projetos apresentados e aprovados junto ao Ideflor- Bio.

Linhas de crédito PRONAF na região.

Quem opera as linhas de crédito rural do PRONAF na região são, basicamente, BASA, BB e cooperativas de crédito como a Sicredi. O relacionamento contínuo com as instituições e agentes financeiros é essencial para a concessão de crédito, tendo em vista que intensifica os laços de confiança entre o credor e a organização comunitária. No estado do Pará as agências do BASA estão localizadas nos municípios de Altamira, São Feliz do Xingu, Novo Progresso, Tucumã, Rurópolis, Placas e Uruará. No lado de Mato Grosso do Xingu, essa relação se dificulta pela ausência de agências do Banco da Amazônia (BASA) em algumas das cidades em que estão as áreas protegidas: Querência, Canarana e Gaúcha do Norte. Essas cidades possuem agências do Banco do Brasil e do Sicredi, que oferecem linhas de crédito rural do Pronaf, porém sabe-se que na realidade os gerentes e operadores de crédito desses bancos possuem menor nível de experiência na concessão desses tipos de crédito para organizações comunitárias e muitas vezes colocam empecilhos burocráticos intransponíveis para negócios de base comunitária. O diálogo com o BASA é mais simples, pois existe já um conhecimento acumulado em relação aos possíveis caminhos que devem ser percorridos por esses negócios para acessar as linhas de crédito do PRONAF e os seus funcionários estão buscando colaborar em um processo de adequação das exigências burocráticas às realidades dessas comunidades, no âmbito do Laboratório de Soluções Financeiras da Conexsus.

Fundo Amazônia.

O Fundo completou 10 anos em 2018 e tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Também apoia o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento no restante do Brasil e em outros países tropicais. Já foram 113 projetos aprovados de prefeituras, estados, da união, de organizações do terceiro setor, universidades e projetos internacionais. Foram mais de R\$1bilhão desembolsados de um total de R\$3,4bilhões disponíveis. Ou seja, restam mais de R\$2bilhões de saldo remanescente. Portanto, essa é uma fonte de recursos ideal para projetos de fomento aos negócios comunitários sustentáveis em toda a Amazônia, desde que o governo federal volte a permitir a sua operação regular. As organizações comunitárias do Xingu no lado do Pará também podem se beneficiar de outros fundos de recursos públicos, não reembolsáveis.

Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEMA do Pará.

Criado em 1995 para financiar planos, programas, projetos, pesquisas e tecnologias que visem: ao uso racional e sustentado dos recursos naturais e implementação de ações voltadas ao controle, à fiscalização, à defesa e à recuperação do meio ambiente. Sua administração é feita pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do estado do Pará e o acesso a esses recursos se dá por meio das ações e programas desse órgão público.

Fundo DEMA.

Criado em 2003, o Fundo DEMA apoia projetos coletivos dos “Povos da Floresta – povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar”. Seus recursos têm origem em uma apreensão de seis mil toras de mogno, madeira nobre da Amazônia, extraídas ilegalmente, apreendidas pelo IBAMA. Grande parte da madeira havia sido retirada dos municípios de Altamira e São Félix do Xingu. Por meio do lançamento de editais e chamadas públicas o fundo apoia projetos de organizações comunitárias localizadas nas regiões paraenses da Transamazônica/Xingu, Baixo Amazonas, BR-163 e Nordeste Paraense.

Fundo Estadual de Meio Ambiente - FEMAM/MT.

Criado em 2005, e administrado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema/MT). O acesso a esses recursos se dá por meio das ações e programas desse órgão público.

Fundo da Amazônia Oriental.

Criado em outubro de 2019, com esse Fundo o governo do Estado poderá receber doações e outros recursos de investimentos, para o alcance das metas de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento no estado do Pará. Esse fundo surge em um momento político no Brasil em que o repasse do Fundo Amazônia para novos projetos está suspenso, sob ordem do Ministério do Meio Ambiente.

Compensação dos Impactos Socioambientais da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

A Coordenação Regional da FUNAI em Altamira, apesar de enfrentar restrições orçamentárias no nível do governo federal, nos últimos 10 anos teve acesso a diversos projetos realizados com recursos do Plano Básico Ambiental Componente Indígena (PBA-CI), criado a partir das condicionantes socioambientais impostas pelo IBAMA à Norte Energia S. A. (NESA) dentro do processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM). Até dezembro de 2015, mais de R\$ 289 milhões já haviam sido destinados pela Norte Energia S. A. (NESA, 2015) para programas do PBA – Componente Indígena e isso não incluía a construção da nova sede da FUNAI em Altamira, iniciada em 2017 e inaugurada em 2018.

Fundo de Desenvolvimento Florestal do Estado de Mato Grosso – MT FLORESTA.

Criado em 2005 e administrado pela Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários (SEAF/MT), visa apoiar o Programa de Desenvolvimento Florestal, bem como, criar uma nova mentalidade junto aos proprietários rurais quanto ao valor da cobertura florestal de suas propriedades. O acesso a esses recursos se dá por meio das ações e programas desse órgão público.

Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX).

Além dos recursos das condicionantes socioambientais de Belo Monte, a FUNAI de Altamira, a Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI- MS) de Altamira e 11 associações indígenas do médio e baixo Xingu tiveram acesso a mais de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais) do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX) [4], conselho de desenvolvimento formado por representantes de diferentes setores da sociedade regional para deliberar sobre o investimento de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) da Norte Energia S. A., não reembolsáveis, ao longo de vinte anos, em projetos de desenvolvimento no território impactado por Belo Monte (ANEEL, 2009, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010).

As associações das 3 RESEXs da região também acessaram um grande volume de recursos do PDRSX. Juntas elas aprovaram 16 projetos e um total de R\$6.692.268,00, o que resulta em uma média de R\$2.230.756,00 para cada RESEX.

Interessante notar que nesse contexto organizações indígenas como o Instituto Kabu conseguem acessar recursos e apoio de várias maneiras. Em primeiro lugar, assim como qualquer outra Terra Indígena essa população recebe assistência da FUNAI, além dos programas dos Ministérios da Saúde e da Educação direcionados aos povos indígenas do Brasil. Em segundo lugar elas têm acesso a um fundo específico de recursos, o PDRSX19. Por fim, algumas dessas organizações adquirem ao longo dos anos maturidade organizacional suficiente para estabelecer parcerias importantes junto a organizações não governamentais tanto nacionais quanto internacionais. O Instituto Kabu, por exemplo, recebe apoio de Imaflora, ISA, EDF - Environmental Defense Fund, ICFC - International Conservation Fund of Canadá, Conservation International. As organizações comunitárias do Xingu no lado do Mato Grosso também podem se beneficiar de outros fundos de recursos públicos, não reembolsáveis.

[4] É preciso destacar que em maio de 2019, o presidente Jair Bolsonaro decretou a extinção do Comitê Gestor do PDRSX, por meio do Decreto Presidencial nº 9.784. Essa decisão não extingue o PDRSX, que continua existindo oficialmente, mas certamente afeta a sua estrutura e o seu funcionamento. Os efeitos disso serão sentidos nos próximos anos do PDRSX e devem ser acompanhados e analisados em pesquisas futuras.

Assistência técnica com pouco foco nas cadeias da sociobiodiversidade.

Ressalta-se a necessidade de as ações estatais de assistência técnica e extensão rural estarem mais focadas na promoção produtiva e comercial dos produtos da sociobiodiversidade. De acordo com os dados disponibilizados no último relatório do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio – ano base 2017), somadas as 2 linhas de apoio a projetos de uso sustentável da biodiversidade (tanto a linha geral quanto a destinada para povos indígenas e comunidades tradicionais) elas tiveram o segundo menor orçamento dotado, aproximadamente R\$235mil, ficando acima apenas do orçamento para educação ambiental (R\$8mil). Os orçamentos do Ideflor-Bio para “Outorga e monitoramento de Florestas Públicas”, “Produção e restauração florestal”, e “Gestão de UCs” ficaram todos acima dos R\$2,5 milhões. Por sua vez, a EMATER-PA não executou, conforme afirma o seu relatório de gestão para o ano de 2018, a maioria dos recursos que foram dotados para o apoio às cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Ambos os dados apontam à urgência de aprimorar a qualidade técnica dos projetos submetidos à essas instituições, bem como um acompanhamento mais efetivo na concepção e elaboração desses projetos.

Uma possível explicação para os baixos valores de recursos executados pelos dois órgãos públicos acima mencionados em projetos de apoio a atividades produtivas sustentáveis pode ser o fato de ambas as instituições terem acessado recursos via PDRSX. A EMATER-PA aprovou um projeto em 2015 no valor de R\$460mil e três projetos em 2017, no valor total de R\$1,6milhões, para apoiar processos produtivos nas cadeias do açaí (açaí irrigado) e do cacau (cacau monoclonal) e a regularização ambiental de propriedades na região da Transamazônica. O Ideflor-Bio, também aprovou 4 projetos no PDRSX em 2012, 2013, 2014 e 2015, no valor total de aproximadamente R\$4milhões destinados a projetos de sistemas agroflorestais e cacauicultura. Em relação às ações da EMPAER – MT direcionadas ao fortalecimento de organizações de base comunitária não foi possível encontrar informações detalhadas sobre os projetos desenvolvidos e a execução orçamentária desse tipo de atividade dentro dessa instituição pública do governo do estado do Mato Grosso.

A Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio).

instituída em 2009, é um instrumento importantes para garantir preços adequados para a subsistência e qualidade de vida das populações ribeirinhas, indígenas e extrativistas. No entanto, desde janeiro de 2018, a política não foi executada em nenhum dos municípios que compõem o bloco. Como importante justificativa para a falta de efetividade da política pública no território, podemos apontar o reduzido número de DAPs jurídicas ativas na região, dada a obrigatoriedade da declaração, caso uma cooperativa ou associação deseje acessar os pagamentos feitos pela CONAB.

DAPs jurídicas inativas.

Embora significativamente em condições melhores do que os demais blocos do LIRA, o Xingu ainda é marcado por uma conjuntura desfavorável no que diz respeito à posse da DAP jurídica (ver Figura 2). O documento é condicionante não somente à participação de organizações comunitárias em chamadas públicas do PNAE e/ou do PAA, mas também declaração básica para acessar a PGPM-Bio e linhas de crédito do PRONAF.

CAEs em funcionamento.

Com exceção de poucos municípios, os quais apresentam o seu Conselho de Alimentação Escolar (CAE) em estado diligenciado, os municípios da região possuem seus conselhos de alimentação válidos junto ao FNDE. Como próximo passo, faz-se necessário intensificar a participação civil e o funcionamento dos mesmos para maior harmonia entre as chamadas públicas para alimentação escolar e a base produtiva sustentável da região, bem como retomar as ações necessárias para validação dos CAEs diligenciados. Além das políticas e programas acima mencionados, estão em vigor outras políticas e programas de fomento a conservação e a preservação ambiental e ao controle do desmatamento no estado do Pará, como a Lei do ICMS Ecológico (ICMS Verde), o Programa Municípios Verdes (PMV) e, mais recentemente, a Política Estadual da Socioeconomia, no Pará, por exemplo.

Cadeias produtivas.

As organizações comunitárias do Xingu pautam-se na produção, principalmente, de Castanha do Brasil, Mel e Mandioca e seus derivados. Estas são as cadeias com as maiores taxas de participação das associações mapeadas pelo Desafio Conexsus. Dentro das RESEXs também são importantes as cadeias do babaçu, seringa, copaíba, andiroba e cumaru. Entre as TIs também são bastante relevantes também as cadeias de pimenta, pequi, artesanato, sementes e cumaru, além de legumes como abóbora e frutas, como a banana.

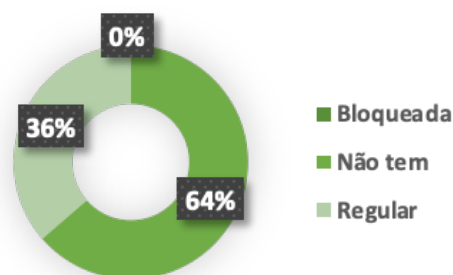


Fig. 2: Situação da DAP no Xingu.
Fonte: Desafio Conexsus, 2018.



Fig. 6: Abrangência máxima de mercado.
Fonte: Desafio Conexsus, 2018.

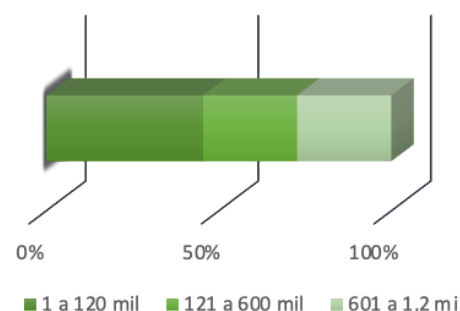


Fig. 7: Faixas de faturamento.
Fonte: Desafio Conexsus, 2018.

Alto nível de agregação de valor e abrangência de mercado.

Entre todos os blocos do LIRA analisados, o Xingu é aquele que apresenta as maiores taxas de beneficiamento e agregação de valor sobre seus produtos (ver Figura 3). Além disso, a maior parte da produção é comercializada nacionalmente, sendo que algumas organizações do território já atingem o mercado internacional.

O Origens Brasil® na região.

A comercialização na região é fortalecida com a participação de organizações comunitárias no Origens Brasil® [5]. Isso pode ser verificado ao se analisar o grupo de entidades do Xingu que participa dessa iniciativa pioneira que busca encontrar novas formas de conectar grandes empresas, indústrias e os consumidores finais com os produtores dos produtos da sociobiodiversidade, por meio do monitoramento e da comunicação da procedência desses produtos. ATIX, INST. KABU, INST. RAONI E COOBA-Y fazem parte do grupo de entidades parceiras dessa iniciativa no Xingu. Esse grupo conta ainda com a participação de mais 4 associações indígenas (Associação Floresta Protegida, Yakio-Panará, Pyjahyry-Xipayá e Kuruyá), das associações das 3 RESEXs da região (AMORA, AMORERI e AMOMEX), do ISA e do Imaflora.

São, aproximadamente, 545 pessoas que se beneficiam diretamente do arranjo, através da venda, principalmente, de Castanha do Brasil, Mel e Artesanato. Em 2018, R\$2,4 milhões de reais foram movimentados no arranjo, representando uma fonte de renda crucial para as populações localizadas nas áreas protegidas do Xingu.

[5] <http://www.origensbrasil.org.br/media/relatorio-de-transparencia-e-resultado.pdf>.

Presença satisfatória nos mercados institucionais.

As organizações comunitárias do Xingu apresentam um pouco mais de facilidade para acessar os mercados institucionais em relação às dos demais blocos do LIRA, embora ainda haja espaço para melhora (ver Figura 4). Para tanto, se faz necessário trabalhar para minimizar os entraves legais (como regularização da DAP, regularidade junto às SEFAZes ou adequação fitossanitária) e produtivos (como articulação produtiva e articulação distributiva) que impedem a maior participação dessas organizações nas chamadas públicas (ver Figura 5). O exemplo da inclusão do babaçu na chamada pública de Altamira, neste ano, é um caso de sucesso de boas práticas.

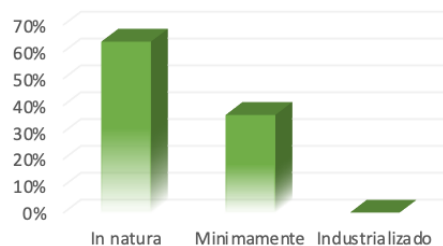


Fig. 3. Nível de beneficiamento
Fonte: Desafio Conexsus, 2018

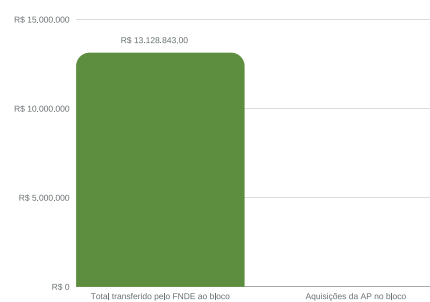


Fig. 4. Recursos do FNDE no Xingu
Fonte: FNDE, 2017

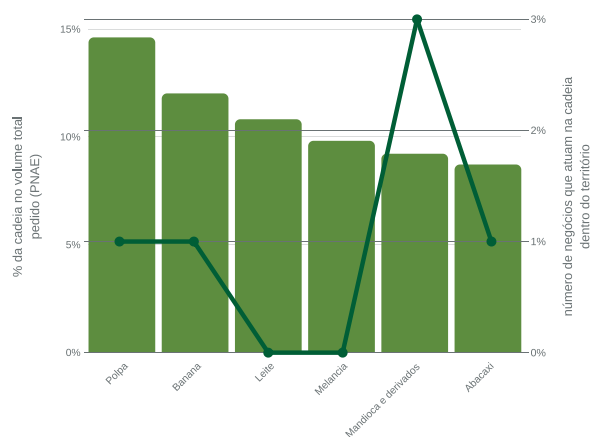
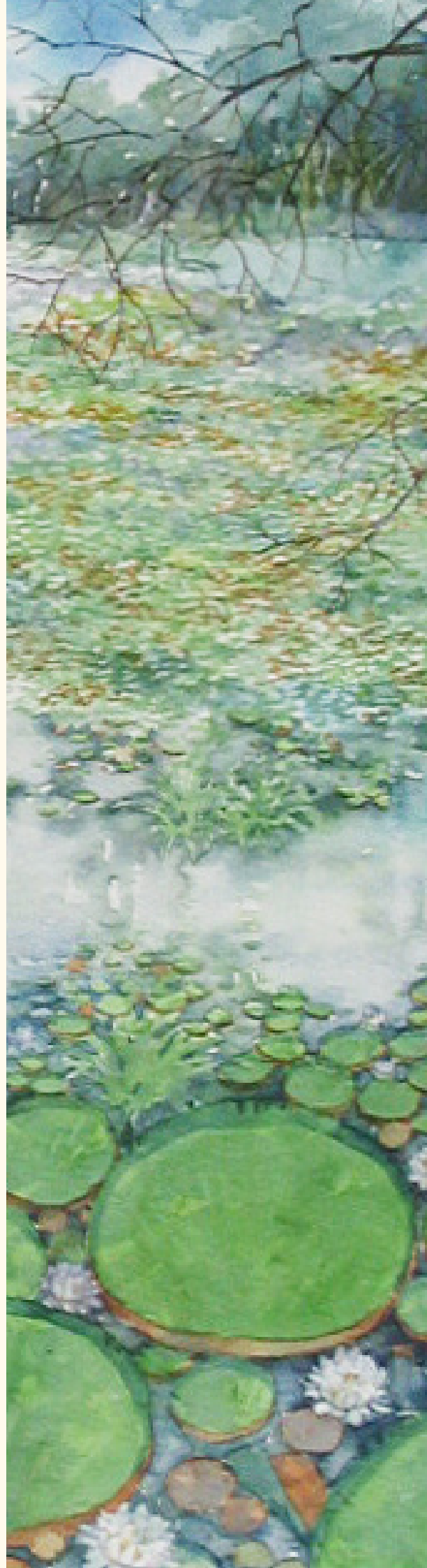
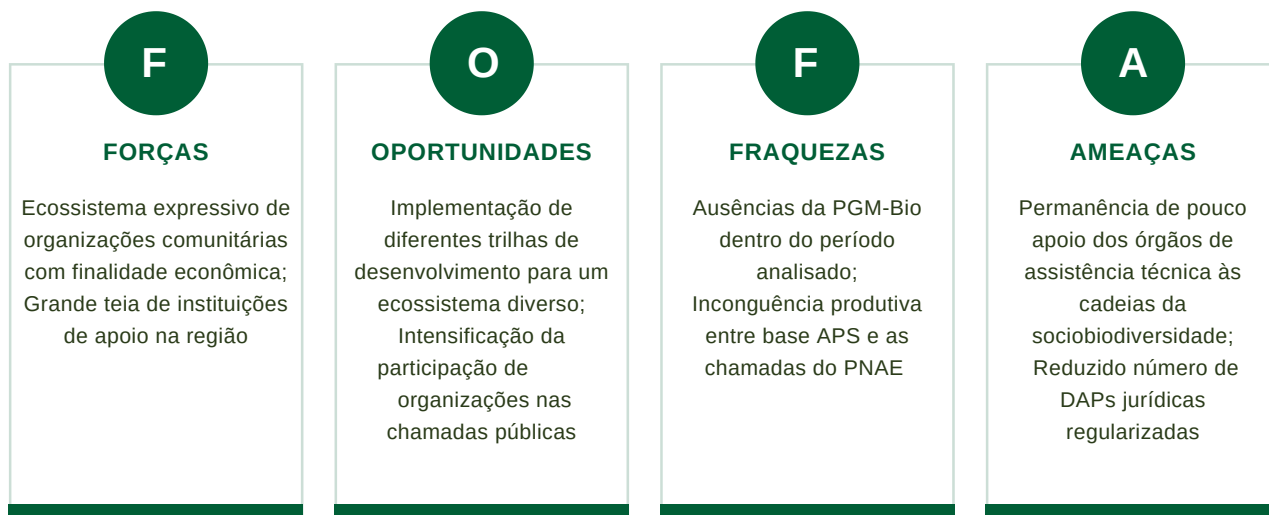


Fig. 5: Sincronia entre itens de maior volume nas chamadas do PNAE (barra) e cadeias predominantes no bloco (linha).
Fonte: SEDUC Pará e SEMUCs de 20 municípios do bloco Xingu do Lira, 2019.

Recomendações específicas para o bloco



Análise FOFA para o bloco Xingu:



Fraquezas e Ameaças

A ausência de ações de fomento, via PGPM-Bio, para o território analisado fragiliza economicamente as comunidades e organizações, dada a variabilidade de preços. Outra fraqueza está na incongruência entre a base produtiva nas áreas protegidas e o conteúdo pedido nas chamadas públicas que dificulta o acesso das comunidades a essa importante política pública de reserva de mercado e de segurança alimentar. As ameaças estão ligadas a permanência da situação de baixo nível de apoio dos órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para as cadeias da sociobiodiversidade e do reduzido nível de regularização das DAPs jurídicas no território.

Forças e Oportunidades

A regularidade dos CAEs na maioria dos municípios é um fator importante para a execução do PNAE, sendo uma das razões para o cumprimento dos 30% legais. Apropriar-se destes espaços para encontrar maior sintonia entre a base produtiva nas áreas protegidas e as chamadas é um passo essencial para a promoção socioeconômica. Ao mesmo tempo, ações de modelagem de negócios em organizações já relativamente maduras pode ser uma iniciativa de grande importância para aumentar a viabilidade econômico-financeira, bem como para incrementar a eficiência dos processos internos de gestão de pessoas, comercial, financeira e produtiva.

Diretrizes e ações estruturantes

AÇÃO

Ações em modelagem de negócios.

DESCRIÇÃO

É crucial que organizações do terceiro setor, instituições públicas, associações e cooperativas envolvam-se em ações de modelagem de negócios. Como recomendado no sumário executivo, isso pode ser feito por meio de programas de modelagem que misturem processos de capacitação presencial e à distância com acompanhamento periódico de consultores, apoiados por material didático e por ferramentas tecnológicas desenvolvidas para o público em questão.

ATOR SOCIAL ENVOLVIDO

ISA, IMAFLORA, ISPN, FVPP, IDEFLOR-BIO, EMATER-PA, EMPAER-MT, FUNAI, com foco de ação em associações e cooperativas.

DIRETRIZES

Construção de ferramentas autoaplicáveis de planejamento e modelagem de negócios. Para tanto, é essencial a sensibilização de lideranças sobre a importância da modelagem de negócios, capacitação de gestores e planejamento a partir da identificação e dimensionamento das oportunidades de comercialização na cadeia inserida.

EXEMPLOS DE AÇÕES CONCRETAS

Planejamento de produção e monitoramento de qualidade (fortalecimento institucional) nas organizações indígenas produtoras de Castanha do Brasil (casos: Instituto Kabu e COOBA-Y), a partir de construção de demanda no âmbito do Origens Brasil ®

AÇÃO

Efetivação do crédito rural PRONAF, dos fundos públicos e da PGPM-Bio.

DESCRIÇÃO

É essencial que as organizações comunitárias acessem um volume maior de crédito público subvencionado, especialmente o PRONAF, dada a sua atratividade em termos de taxas de juros e períodos de carência. Por fim, mas não menos importante, é necessário que haja um maior acesso à informação sobre a PGPM-Bio, bem como ações efetivas de regularização documental, a fim de dar início à execução da política no território, dada a sua inexequibilidade até então.

ATOR SOCIAL ENVOLVIDO

ISA, IMAFLORA, ISPN, FVPP, IDEFLOR-BIO, EMATER-PA, EMPAER-MT, ICMBio, FUNAI, BASA, BB, Sicredi, com foco de ação em associações e cooperativas.

DIRETRIZES

Ações concretas de educação financeira junto aos cooperados e associados, dispondo diretrizes claras dentro do planejamento estratégico de cooperativas e associações para a resolução de dívidas de seus sócios; articulação com bancos para a construção de planilhas de mensuração de risco para as operações produtivas da sociobiodiversidade; força tarefa para regularização da DAP física e jurídica; estruturação de fundos de aval, bem como instrumentos de recuperação de crédito em cooperativas e associações incapacitadas de contrair crédito por condição de pagador; apresentação de plano de negócio estruturado e viável ao agente financeiro, com o qual deve haver uma relação contínua de confiança.

EXEMPLOS DE AÇÕES CONCRETAS

Liberação do primeiro crédito PRONAF custeio para organização de manejo florestal comunitário e familiar: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/pela-primeira-vez-pronaf-concede-credito-para-manejo-florestal-comunitario>

AÇÃO

Fomento aos instrumentos de compras públicas.

DESCRIÇÃO

É fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio mobilizem suas redes de associados e de apoiadores para pensar em estratégias de advocacy junto aos governos municipais para que os CAEs tenham estrutura e recursos para funcionar como espaço de discussão e deliberação entre professores, pais, nutricionistas e profissionais da rede pública. Ao mesmo tempo, articulações produtivas são essenciais para ser possível o atendimento a chamadas públicas, sem haver a necessidade de recorrer a fornecedores de gêneros alimentícios que não se enquadrem na categoria jurídica da agricultura familiar.

ATOR SOCIAL ENVOLVIDO

ISA, IMAFLORA, ISPN, FVPP, ICMbio, FUNAI, CONAB, Secretárias Municipais de Produção Rural, e CMDRs, com foco de ação em associações e cooperativas. Ao mesmo tempo, associações e cooperativas devem assumir o protagonismo nos conselhos municipais e na formação de alianças produtivas e comerciais locais.

DIRETRIZES

Articulações produtivas em rede entre organizações, a fim de ampliar número de produtos passíveis de serem atendidos nas chamadas públicas; estar em conformidade com os documentos e certidões requeridas nos editais, bem como aos padrões de regularidade fitossanitária; articulação com nutricionistas, responsáveis por licitações, gestores e pais, especialmente através de protagonismo nos CAEs, para maior conformidade entre lista de gêneros alimentícios pedidos e base de produtos produzidos na região.

EXEMPLOS DE AÇÕES CONCRETAS

Mercados verdes e a ampliação da comercialização de organizações da agricultura familiar no PNAE:

https://www.giz.de/en/downloads/Mercados_Verdes_BMZ_PT_Brasil.PDF

SIGLAS

A

ABRIC – Associação Baniwa do Rio Içana e Cuiari
ACIR – Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas
ACOMTAGS – Associação das Comunidades do Trombetas e Área da Gleba Sapucúá
ACOSAMA – Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Comunidade de Santa Maria do Uruá
ACPLASA – Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Médio Lago Sapucúá
AERIM – Associação dos Extrativistas Rio Iriri-Maribel
AIPHX – Associação Indígena Pyjahyry Xipaya
AGUAPÉ – Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé
AMABES – Associação de Moradores Agroextrativista da Comunidade de Boa Esperança
AMALCG – Associação de Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande
AMARI – Associação dos Moradores Agroextrativistas da Resex Ituxi
AMARJUMA – Associação dos Moradores e Amigos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma
AMOMEX – Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Médio Xingu
AMOPREAB – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Assis Brasil
AMOPREMA – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Sena Madureira
AMOPREX – Associação dos Moradores e Produtores da Resex Extrativista Chico Mendes em Xapuri
AMORA – Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio
AMORERI – Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri
AP – Área Protegida
APADRIT – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi
APAJ – Associação dos Produtores de Açaí e Juçara
APIM – Associação dos Povos Indígenas Mapuera
APITC – Associação dos Produtores Indígenas da Terra Caititu
ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ARQMO – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná
ARSX – Associação Redes de Sementes do Xingu
ASAEX – Associação dos Seringueiros Agroextrativista do Baixo Rio Ouro Preto
ASMACARU – Associação dos Moradores Agroextrativista das Comunidades do Rio Paru
ASMIPPS – Associação dos Micros e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da comunidade Repartimento dos Pilões
ASPAC – Associação dos Produtores Agroextrativistas de Canutama
ASPACS – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha
ASROP – Associação dos Seringueiros do Rio Ouro Preto
ASSC – Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá
ASSIZA – Associação Indígena Zavidjaj Djiguhr
ATAMP – Associação dos Trabalhadores Agroextrativista do Médio Purus
ATIX – Associação Terra Indígena Xingu
B
BASA – Banco da Amazônia
BB – Banco do Brasil
C
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CAZUMBÁ – Associação Cazumbá
CEMAAM – Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas
CGPH – Conselho Geral do Povo Hexakaryana
CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONEXSUS – Instituto Conexões Sustentáveis
COOBAY – Ba-Y Cooperativa Kayapó de Produtos da Floresta de Tucumã
COOMARU – Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Unini
COOPAFLORA – Cooperativa Geral do Norte do Pará
COOPEMA – Cooperativa dos Produtores Agropecuários e Extrativistas dos Recursos Naturais do Município de Manicoré
COOPERAR – Cooperativa Agroextrativista do Mapiá e Médio Purus
COOPERFLORESTA – Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários
COOPMAS – Cooperativa Mista do Produtores Agroextrativista do Sardinha
COVEMA – Cooperativa Verde de Manicoré
CPZ05 DE CANUTAMA – Colônia de Pescadores Z-05 de Canutama
D
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

E

EDF – Environmental Defense Fund
EMATER-AC – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre
EMATER-PA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará
EMATER-RO – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia
EMPAER-MT – Empresa Matogrossense de Pesquisa e Extensão Rural
F
FAM – Fundação Almerinda Malaquias
FAS – Fundação Amazonas Sustentável
FEMA-AM – Fundo Estadual do Meio Ambiente do Amazonas
FEMAM-MT – Fundo Estadual do Meio Ambiente do Mato Grosso
FEMA-PA – Fundo Estadual do Meio Ambiente do Pará
FEMUCS – Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
FLONA – Floresta Nacional
FLOTA – Floresta Estadual
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNDEFLORE – Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal
FVA – Fundação Vitória Amazônica
FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar
I
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICFC – International Conservation Fund of Canadá
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas
IDEFLOR – Instituto de Desenvolvimento Florestal da Biodiversidade do Estado do Pará
IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
IMAFLORE – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IPE – Instituto de Pesquisas Ecológicas
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA – Instituto Socioambiental
ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza
L
LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica
N
NCS – Negócio Comunitário Sustentável
NESA – Norte Energia S.A.
O
OIBI – Associação Indígena da Bacia do Içana
ORMM – Observatório da Região Metropolitana de Manaus
P
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAREST – Parque Estadual
PARNA – Parque Nacional
PBA-CI – Plano Básico Ambiental Componente Indígena
PDRSX – Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
PGPM-Bio – Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade
PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
R
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX – Reserva Extrativista
S
SEAF-MT – Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFAZ – Secretaria Estadual da Fazenda
SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SEPROR – Secretaria de Produção Rural do Amazonas
SFB – Serviço Florestal Brasileiro
T
TI – Terra Indígena
U
UC – Unidade de Conservação
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará

Acompanhe as ações do LIRA nas redes sociais do IPÊ



Twitter

[@InstitutoIPE](#)



Facebook

[@ipe.instituto.pesquisas.ecologicas](#)



Instagram

[@institutoipe](#)

Fale com a gente

Email

lira.edital@ipe.org.br



Realização:



Apoio:

